



Assembleia Municipal

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2004

Décima acta

Ao quadragésimo dia do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão extraordinária, pelas 21:40 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de um de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO ÚNICO: Apreciação e deliberação da Proposta de recomendação da Bancada do Partido Socialista de: "Discussão, análise e deliberação sobre a actual situação da Av. Dos Descobrimentos tendo em consideração a sua eventual beneficiação, intervenções em curso ou projectadas, assim como qual o conceito a implementar nesta via no quadro geral da rede viária da cidade".-----

PRESENCAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves e Vítor José Correia Maria Vieira.-----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes da Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), Berto Palma (Olhos de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). O Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira não podendo comparecer fez-se substituir pelo Tesoureiro, José Joaquim Hilário Alves. ----

O membro Francisco e José Pereira Oliveira chegou pelas 22:20 horas.-----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Vice-Presidente, Vereador José Carlos Rolo em substituição do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, Ana Vidigal e Paulo Pescada, e não permanência, Vítor Clemente. -----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e António Paulo Martins dos Santos.-----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro António Santos, foi verificada a legitimidade e identidade do membro imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Adolfo Miguel Gregório.-----

O Presidente da Assembleia dá início ao período Antes da Ordem do Dia.,-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia começa por fazer a Leitura Resumida da Correspondência, que

fica ao dispor para consulta. -----

Fernando Anastácio - No âmbito da questão da correspondência, foi referido na leitura resumida a nota do Partido Socialista relativamente ao Estatuto do Direito à Oposição e o seu exercício a cargo da Câmara Municipal. Considerando que esta Assembleia Municipal relativamente à execução e ao funcionamento da autarquia perante as suas competências tem competências próprias, no meu entender a matéria do Estatuto do Direito à Oposição é uma matéria essencial naquilo que é o relacionamento dos partidos e o exercício da actividade política. Nesse sentido, coloco à consideração da Mesa a leitura da missiva. -----

Presidente da Assembleia - Eu li a parte fundamental que foi uma violação ao Estatuto do Direito à Oposição que tem a haver com a ausência de convites, quer ao Partido Socialista, quer aos membros da Assembleia Municipal. Penso que é a parte fundamental daquilo que foi dado ver. -----

Fernando Anastácio - Se não quiser ler, a alternativa é publicar. É simples. Acho que esse debate se podia resolver aqui, mas se a Mesa assim não entender. Penso que se resolveria com o conhecimento aqui. -----

Presidente da Assembleia - Está à disposição de todos os membros, se quiserem pode-se tirar cópia e entregar a cada um dos membros. É apenas para não atrapalhar mais a ordem de trabalhos. Eu fiz a leitura sumária da correspondência. Mas se é essa a questão, não tem problema algum, é apenas porque não é hábito ser lida aqui a correspondência na íntegra. Se o Sr. Fernando Anastácio fizer o favor, como foi redigida pelo Senhor, poderá fazer a sua leitura. -----

Fernando Anastácio - Lê o documento remetido à Assembleia Municipal como correspondência. -----

Presidente da Assembleia - Dá início ao período do público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Manuel Vieira Pereira - Foi emitido em 1984 um Alvará de Loteamento, para um terreno com área de cerca 30.400 m². Cerca de 5.000 m² do terreno, constituíram um lote de construção e restantes cerca 25.400 m², foram cedidos à CMA. O terreno transferido, foi integrado no domínio público municipal sendo destinado a equipamentos gerais, armamentos, faixas arborizadas, etc.. Alpinus concluiu em princípios de 2002 cerca de 15.000 m² de área verdes e faixas de arborização, etc., que representaram um custo adicional de 65 mil contos. A unidade garante a manutenção de cerca de 90 postos de trabalho ocupados por nacionais residentes do Concelho e mais de 80 contratos de fornecimento e prestação de serviços com empresas locais ou regionais. Os clientes são essencialmente cidadãos ingleses, que evitam a utilização de praia e mar, optando pelas piscinas. As 2 piscinas existentes (adultos e crianças) de pequena dimensão com cerca de 190 m² de área são insuficientes para a capacidade de alojamento da unidade fixada pela Direcção Geral de Turismo. Para garantir a qualidade de serviços toma-se imprescindível continuar a manter a zonas verdes existentes e reforçar a oferta dos meios desportivos e aquáticos de lazer da unidade. Alpinus apresentou uma proposta de minuta de contrato à CMA, para cedência temporária de cerca 1.580 m² de terreno municipal, que corresponde a 6% da área transmitida para o município para a execução de 2 piscinas, solário e espaços verdes de ensombramento, cuja a construção está orçamentada no valor de cerca de 50.000 contos. O

contrato proposto prevê a continuação dos trabalhos de manutenção, limpeza e vigilância da zonas verdes envolventes, que representa um custo anual de cerca de 20.000 contos. Nas condições do eventual acordo, encontram-se previstos os seguintes compromissos, se publicitam: Duração do contrato 30 anos; Prevê a reversão gratuita dos espaços verdes tratados, infra-estruturas de rega automática e também das piscinas, após decorrido o prazo contratual; Área de concessão ficará sujeita a fiscalização pela CMA, com fim de zelar o cumprimento do contrato das cláusulas estabelecidas no contrato; Prosseguimento da manutenção e conservação dos espaços verdes localizados em terreno municipal com cerca de 15.000 m². Substituição dos pinheiros mansos abatidos com a autorização da Direcção Regional de Florestas, por doença; Reforço das espécies arbóreas, arbustivas e sebes talhadas, incluindo a extensão da rede de rega automática; Disponibilidade de assumir a plantação e manutenção de mais de cerca de 1.000 m² de área pertencente ao terreno do domínio público municipal, incluindo a extensão da rede de rega automática; Construção de 2 piscinas de adultos e crianças; Acesso às piscinas por parte de público por portão exterior, com ligação directa ao caminho pedonal público; Fixação de cotas de acesso de público em geral às piscinas designadamente, associações desportivas ou solidariedade social; Fixação de taxas de utilização do público, pela CMA; Concepção funcional das piscinas autonomamente da exploração do estabelecimento hoteleiro; Seguro de responsabilidade civil relativo aos utilizadores das piscinas; É provável, que as novas piscinas propostas tenham um uso sazonal ao longo do ano; Poderá ser estudada a faculdade da cedência de períodos de utilização reservados à iniciação e aprendizagem da natação através do estabelecimento de um protocolo devidamente regulamentado destinado à população escolar da Freguesia dos Olhos de Água, que seque a Escola do 1^o Ciclo do Ensino Básico Contrapartida compensatória de Eu 100.000,00, para a CMA. Cada vez mais, se insiste nas parecerias de colaboração entre autarquias e entidades privadas apelando à participação da sociedade civil na gestão e partilha de responsabilidades da coisa pública. As condições contratuais propostas, julgamos ser vantajosas para o Município. O contrato assume claramente fortes preocupações sociais e de partilha de equipamentos com a população da Freguesia. Existem postos de trabalho que deverão ser defendidos e eventualmente aumentados com a criação de novos serviços. Existe a disponibilidade de acolher jovens, iniciando-os em actividades desportivas e lúdicas sãs, permitindo dar formação e ocupar tempos livres. Albufeira é um Concelho em que toda a sua economia e riqueza são dependentes, essencialmente da indústria turística. Por estarmos na época baixa da actividade turística, iniciou-se um período propício para a execução de obras em unidades hoteleiras. O contrato reflecte preocupações de solidariedade e partilha de valores sociais, na área do trabalho e da educação, defesa de preocupações ambientais, paisagísticas e urbanísticas e também, no desenvolvimento e criação de riqueza. Permitirá garantir a continuação da manutenção dos espaços verdes envolventes e a construção das piscinas solicitadas. Dentro do quadro de competências da Assembleia Municipal de Albufeira, apelamos para o entendimento e compreensão do problema com vista à aprovação do Contrato de Uso Privativo de Domínio Público Municipal, após a eventual deliberação favorável da CMA e o respectivo agendamento. -----

Não havendo intervenções por parte do público, passa-se à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO ÚNICO

Apreciação e deliberação da Proposta de recomendação da Bancada do Partido Socialista de: "Discussão, análise e deliberação sobre a actual situação da Av. Dos Descobrimentos tendo em consideração a sua eventual beneficiação, intervenções em curso ou projectadas, assim como qual o conceito a implementar nesta via no quadro geral da rede viária da cidade". -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Helder Guerreiro - Antes de mais cumprimento todos os presentes e em especial a minha saudação para o Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa que, mais uma vez demonstraram publicamente a grande democracidade, uma vez que aceitaram, cederam a convocar esta Assembleia solicitada pelo Partido Socialista, não obstante a falta de conteúdo da proposta formada. Isto porque eu entendo que, na minha modesta opinião, uma proposta deve conter sempre uma decisão passível de ser deliberada nesta Assembleia, e a verdade é que eu li e reli esta proposta e não consegui de lá sacar qualquer solução ou qualquer proposta sobre a qual possamos debruçar e deliberar no final desta sessão. Enfim, perante este conteúdo, pouco, desta proposta, só posso concluir que, ou o Partido Socialista não tem qualquer solução plausível, ou então quer, de certa maneira e com toda a legitimidade, discutir e nada mais. Se na verdade este é o local indicado para se discutir e debater, a verdade é que sendo este um órgão deliberativo, deve de facto, existir um debate proveitoso. Contudo não faz qualquer sentido, na minha opinião, debater sem que haja qualquer proposta concreta que se possa no final deliberar. Por isso, estou curioso em ver, no final, o que é que vamos deliberar relativamente a esta proposta. -----

Fernando Anastácio - Sob pena de não satisfazer desde já a curiosidade do deputado que falou antes de mim, não deixava contudo de a pôr em questão. Começando por fazer uma pequena correcção, não se trata de uma proposta, trata-se de um ponto da ordem de trabalhos, portanto não se trata de uma proposta para discutir. É um ponto da ordem de trabalhos ao abrigo do qual, concerteza, todas as propostas que forem por bem entendidas de apresentar, poderão o ser. Mas passando sobre isso e considerando que o Partido Socialista requereu uma sessão extraordinária, portanto, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tendo recebido esse pedido de proposta extraordinária, tinha obviamente um prazo e um conjunto de normas e requisitos formais para cumprir. Que por coincidência, também é conhecido que o Sr. Presidente da Câmara por razões do município não se encontra presente, encontra-se fora do município. Sem qualquer menosprezo ou menos valor pela sua representação feita pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, consideramos que este tema apesar de comum e o Senhor não ter percepcionado a sua importância, que na nossa perspectiva é um tema importante, porque de alguma maneira tem a haver com aquilo que é a política de cidade, o ordenamento do espaço da nossa cidade, logo é uma matéria que merece reflexão. Portanto, a Assembleia Municipal não tendo competência executiva, é pelo menos um fórum de onde podem sair recomendações à Câmara municipal, e a Câmara Municipal no seu bom exercício saberá se quer ouvir ou não. A minha sugestão, e punha à

consideração da Mesa e da restante bancada, porque considero que é importante e aliás sem o Presidente, responsável pelo pelouro do planeamento e urbanismo, é importante e valorizo necessariamente neste debate, a sua presença. E repito, sem qualquer menosprezo para as pessoas que aqui estão em sua representação, que não fiquem equívocos. Punha à consideração da Assembleia e da Mesa e da nossa parte à toda a disponibilidade para discutirmos este assunto, com a presença do Sr. Presidente, no dia que entenderem. Desde já ficava à consideração. E antes de avançar, da possibilidade de suspender os trabalhos e continuar para a semana em data a acordar, por forma a que o Sr. Presidente esteja presente nesta Assembleia, e portanto que possamos discutir isto numa perspectiva construtiva e de interesse e propostas daquilo que serão as boas soluções para o município de Albufeira, fica a proposta à consideração e cabe a Mesa considerar. -----

Presidente da Assembleia - Eu coloco essa proposta à discussão do plenário, para começar. -

Vice-Presidente da Câmara - Só queria vangloriar-me e agradecer as palavras do Sr. Deputado, até porque referenciou duas vezes, que a representação do Sr. Presidente neste local era honrosa. Mas há uma coisa que se tem de compreender também, o Sr. Presidente não está cá, não quer dizer que tenha fugido à responsabilidade desta discussão. Todas as discussões terão conclusões no final. Prognósticos só no final. No entanto, é bom não esquecer que o facto de estar ausente tinha a haver com marcações antecipadas. Por outro lado, a marcação da Assembleia tinha a haver com prazos que tinham de ser respeitados, daí a razão de não estar cá o Sr. Presidente. No entanto, penso que nada impede que o debate seja feito, embora seja o Sr. Presidente ter a responsabilidade no planeamento e urbanismo, mas temos o vereador Paulo Pescada que tem a responsabilidade da parte viária e seria uma das partes essenciais que iríamos discutir também, para além do urbanismo. ----

Francisco Calhau - Em nosso entender, não vemos razão para justificar a já mais do que justificada ausência do Sr. Presidente da Câmara. Nós estamos aqui é para discutir o problema que foi suscitado pelo Partido Socialista; gostaríamos de ver esse problema discutido o mais depressa possível. Não estamos a ver porque nos querem passar um atestado de menoridade na ausência do Sr. Presidente, para não podermos discutir o assunto. Em nosso entender deve ser discutido normalmente; existem elementos mais que suficientes para o fazer. Esta Assembleia é concerteza capaz de discutir este assunto, de uma forma construtiva. Também em nosso entender, não faz qualquer sentido pedir-se uma sessão extraordinária e depois quando a mesma está para se iniciar pedir para a adiar. Voltamos a marcar outra, para que o Sr. Presidente da Câmara, com uma agenda mais que justificada, não há razão sequer para dizer que fugiu do assunto, estar presente. Não se percebe porque é que se pede para adiar a discussão do assunto. -----

Fernando Cabrita - Permitam-me introduzir duas observações. Há uma má interpretação. Primeiro: obviamente que a Câmara não deixa de funcionar por não estar presente o respectivo presidente. Como já o meu colega de bancada referiu, de maneira nenhuma estamos a traçar uma carta de renúncia relativamente ao Sr. Vice-Presidente, que se segue de imediato na lista. Não é isso que está em causa. Segundo: O que eu vi, é que a propósito da conclusão desta reunião, que vem na sequência da discussão de uma grande obra que se queria fazer nesta cidade e que me pareceu, de facto, que encarecidamente, para o Presidente e para o executivo desta Câmara, é uma questão de primordial importância, e

portanto, sendo a menina dos olhos deste período de execução que resta até às novas eleições, parecia leal, normal e efectivamente democrático, que sendo isto extremamente importante para o Sr. Presidente que aqui ficou isolado na última reunião, não só pela bancada do Partido Socialista, mas também pela própria bancada do PSD que relativamente à obra do Túnel entendia que não estava suficientemente estudado e atravessou logo um requerimento no sentido de ser protelada a discussão e deliberação sobre essa matéria. Aqui se vê que de facto a urgência que o Eng. Calhau aqui fala não há, portanto, isso deve ser jogado com todas as pessoas, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara que tão certo está desejoso, ele próprio, de intervir neste debate, pessoalmente e sem ser por interposta pessoa. Isto sem menosprezo pela sua substituição, quer pelo Dr. Rolo, quer pelo vereador Paulo Pescada, que é quem lidera esse pelouro. Por isso eu penso que a questão não é urgente. Aliás, neste momento num certo cruzamento de objectivos que me parecem contraditórios, está-se a fazer a substituição de todas as árvores da parte central desta avenida, onde irá ser feita a tal intervenção, a qual irá concertiza afectar grande parte daquele trabalho que agora se está a fazer. E, portanto, eu acho que este é talvez o sintoma mais relevante de que não há urgência na discussão do assunto. Ou, pelo menos, não há uma urgência premente de se discutir esta semana ou na próxima. Por outro lado, o impedimento do Sr. Presidente é perfeitamente normal, mas é um impedimento extremamente curto, salvo o erro regressa amanhã ou depois de amanhã. Portanto, não é um impedimento por doença, felizmente, ou por qualquer outra infelicidade, nem é sequer por motivos de férias, não é nada dessa natureza. Eu penso, por isso, que haverá toda a vantagem e parece que é de extraordinária conveniência e de uma lealdade democrática mínima, permitir de ser o Sr. Presidente que aqui se viu isolado na última reunião, que ele próprio tome parte neste debate. Esta é que é a questão. E o fazer-se nova Assembleia, não está em causa a capacidade e a competência de nós aqui deliberarmos, evidentemente, até porque o Sr. Presidente não faz parte da Assembleia. Mas a questão está, em que não é assim tanta importância a renovação ou a convocação de outra reunião, as despesas não são muito grandes, até penso, não sei, talvez até renunciar a minha presença para dar esse prazer à presença do Sr. Presidente, porque concertiza e acabamos de ver aqui um exemplo, há outras reuniões que serão mais dispendiosas e que envolvem outros custos, que são feitas neste concelho, até sem a presença dos elementos desta Assembleia, pelo menos os da oposição. Por isso fazia a proposta, para que efectivamente se protelasse, ou se suspendesse e continuarmos em próxima data a combinar e de harmonia com as disponibilidades de agenda do executivo camarário (neste caso do Sr. Presidente da Câmara), o que seria um procedimento perfeitamente natural, ou ainda que se marcasse uma nova Assembleia. A suspensão parece-me mais natural, evita as marcações e fica desde já assegurada o retomar dos trabalhos numa próxima data. Era esta a minha proposta. -----

Francisco Calhau - Não entendemos que haja qualquer motivo para que esta Assembleia não possa discutir o assunto. Não entendemos que haja qualquer razão para protelar a discussão de uma questão, que até nem é a primeira vez que é discutida. É uma questão que até o Dr. Fernando Anastácio tem na sua mesa de apoio um documento que à mesma se refere; à importância da Avenida dos Descobrimentos como ligação dos eixos Nascente e Poente; à sua importância para a cidade de Albufeira. É um assunto que não começou a ser importante

agora, é importante desde essa altura, do tempo do Polis, e, como tal, existem elementos suficientes para que tenha lugar a discussão sobre esta matéria; não estamos a discutir nada de novo, estamos a discutir soluções, ou propostas, ou ideias, à volta de algo cujo estudo já foi apresentado, que eu me lembre enquadrado no âmbito do Polis, pelo menos há três anos. Não estamos a perceber porque é que agora, de repente, estamos todos condicionados inclusivamente pela ausência mais do que justificada do Sr. Presidente da Câmara. Vamos discutir um assunto sobre o qual, volto a repetir, já existem elementos, já foram estudados e abordados por outros. E os Senhores, concerteza que terão pontos de vista válidos para apresentar; nós temos os nossos e da parte do executivo também existem neste momento, nesta sala, pessoas válidas para discutir o assunto; está o Sr. Vice-Presidente, está o Sr. Vereador do Pelouro, está a Sra. Vereadora. Não estamos a perceber qual é o complexo que nos condiciona a todos e impede podermos discutir este assunto. Continuamos a dizer que a discussão deste este assunto é para ir por diante. -----

Fernando Anastácio - Sr. Presidente, gostaria desde já que se votasse esta proposta para passarmos de facto à discussão do problema. Há uma proposta em concreto, que é pedir a suspensão dos trabalhos com vista a segundo agendamento. A Assembleia que faça o juízo e a partir daí vamos discutir. Estamos a discutir o assunto à volta daquilo que estamos a pedir para suspender. Não queria deixar que ficasse claro que foi nossa a proposta de suspender os trabalhos, para garantir que o Sr. Presidente estivesse presente. A Assembleia julgará, decidirá e passamos à frente. -----

Presidente da Assembleia - Queria fazer menção à questão das substituições que se aplicam a esta Assembleia. De facto o Sr. Presidente está a ser substituído pelo Sr. Vice-Presidente. Não sei se, havendo uma nova sessão, a substituição não teria de permanecer, por analogia com o regime dos deputados municipais. Foi uma questão que me chamou a atenção, não tenho ainda juízo nenhum sobre essa matéria. De qualquer maneira vamos passar à votação. -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA DE SUSPENDER OS TRABALHOS -----

Votos a favor: (10) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Abstenções: (1) Fernando Neves. -----

Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves e Paulo Freitas. -----

Proposta não admitida -----

Presidente da Assembleia - Vamos proceder à discussão do ponto. Quem pede a palavra?----

Fernando Anastácio - No exercício das responsabilidades políticas, os factos valem pelos factos e não valem pelas análises subjectivas que cada um possa fazer. E com isto quero dizer que para mim e, penso que para a Assembleia e para todos nós, será completamente irrelevante os estados de espírito, sejam eles do Sr. Presidente ou de outras pessoas quaisquer, relativamente ao desejo de estar aqui ou de não estar, ou à sua impossibilidade. A nossa proposta de suspensão dos trabalhos e continuação com o Sr. Presidente, visou precisamente repor o debate no sítio certo, ou seja, ninguém pode esquecer que o Sr.

Presidente da autarquia tem competências próprias e específicas e portanto não é um qualquer, mais uma vez, sem menosprezo dos restantes membros da equipa. Portanto, nós fizemos esta proposta sabendo o resultado que iria ter, vamos ser todos claros, e para nos permitir dizer que de facto o que ouve foi, na nossa perspectiva política, porque o que vale de facto são os factos, uma vontade de não estar aqui hoje a debater isso, e a legitimidade que nos é dada para dizermos o que estamos a dizer agora, decorre da posição que os Senhores do PSD tomaram nesta sala, Nós demos oportunidade ao Sr. Presidente de estar aqui, os Senhores não quiseram, portanto é legítimo que nós pensemos e que digamos que os Senhores marcaram esta reunião para hoje, no momento em que o Sr. Presidente tinha um compromisso, para que ele não estivesse aqui. Demos a oportunidade para que isso não acontecesse, fazendo a proposta que fizemos no início dos trabalhos. Os Senhores não quiseram, preferiram este caminho, porque de facto pretendem desvalorizar o debate. Mas os debates desvalorizam-se quando se pode, mas há um certo limite que não podemos ultrapassar. Vamos agora à questão concreta que nos trouxe aqui. Primeiro: o tema trazido a este pedido de agendamento, o assunto colocado para discussão, na nossa opinião e como dizia muito bem o Eng. Calhau há bocado, de facto não é um assunto novo. A política de cidade, o papel das vias na definição do que é cidade não é uma questão nova, é uma questão antiga, é uma questão do presente e há de ser uma questão do futuro. Na nossa perspectiva, ganhou alguma acuidade discutir este assunto, porque num passado recente, estou a reportar de Junho para cá, o executivo municipal teve um conjunto de decisões, ou intenção de decisões, relativamente a esta via, que na nossa opinião são contraditórias, são conflituantes e evidenciam uma falta de orientação e perspectiva em relação aquilo que se pretende fazer. Eu exemplifico, para que os Senhores percebam e é muito fácil de perceber. Lança-se um concurso público para reabilitação do eixo viário entre a Rotunda dos Golfinhos e o Lidl, no mês de Junho, concurso, que segundo parece, até já foram abertas as propostas, aliás, foi informação do Sr. Presidente quando se discutiu o assunto na outra Assembleia. Nesse concurso definiu-se alguns parâmetros que são susceptíveis de serem alterados pelas propostas que garantiam e mantinham o mesmo conceito de via, nos precisos termos da que lá está naquela zona. Faz parte do Caderno de Encargos a marcação da via com oito metros de largura, com um separador central com três metros. Ou seja, o perfil de uma denominada via rápida, que até hoje foi. Esta opção, evidencia, naquele troço, manter o mesmo perfil. Depois, na mesma Avenida, deliberaram no mesmo dia, abrir um concurso público também de concepção/ construção para Direitos de Superfície, para a construção de um parque de estacionamento que no caso do Túnel, quando nos dirigíamos à via, entroncava também e mexia na zona, praticamente no cruzamento perto da Escola até perto do Pingo Doce, e lembro que esse concurso previa arrancar com as obras logo no início do próximo ano. Mas, ao mesmo tempo que estavam a deliberar fazer um túnel, desventrar a Avenida, estavam a comprar trinta e duas palmeiras para pôr no local, ou seja, aquilo que estão a fazer é para destruir uns meses depois. Mas mais ainda, hoje há estudos prévios e planos, são públicos, sobre a intervenção relativamente ao eixo viário no âmbito do Programa Polis, desde o Cruzamento da BP, que tem previstas soluções viárias para aquele cruzamento. Que eu saiba e corrijam-me se estou enganado, não foram objecto de concurso as soluções existentes relativamente a este concurso para a tal reabilitação e que vai da Rotunda dos

Golfinhos ao Lidl. Não fez parte das peças do concurso a solução preconizada dos estudos para o Cruzamento da BP. Portanto, quer dizer que, ou tínhamos aqui uma lotaria e os concorrentes que iriam apresentar as propostas de concepção/construção adivinhavam aquilo que a Sociedade Polis pretendia e a forma como ela pretendia intervir para se compatibilizar as propostas, ou então, corríamos o risco de estarmos a fazer uma obra, e chamo a atenção que é um concurso de concepção/construção fixa preço, obviamente não é possível, depois, fazer alterações. Por isso só temos dois caminhos: ou estamos mesmo a não saber o que andamos a fazer, ou então, alguns dos concorrentes iam adivinhar qual a solução que é compatível com o Polis, e não me parece que nos critérios de escolha das propostas, esteja lá escrito que um dos critérios para escolher é aquela que for compatível com aquilo que o Programa Polis tem para aquele local. Portanto, eu tenho alguma curiosidade pessoal, em saber se as propostas que foram apresentadas, algumas delas são sobreponíveis à solução Polis. Corro o risco, sem ofender ninguém e de errar, e ser legítimo, de perguntar se há algum igual e se alguém tem informação privilegiada? Porque se queremos ser claros e transparentes, ponha-se no concurso as peças do Programa Polis, porque se houver concorrentes que ofereçam propostas de solução iguais aquela, eu pergunto: será que esses concorrentes têm informação privilegiada? Meus amigos, é isso que estamos a discutir. E é este conjunto de atitudes, completamente incoerentes umas com as outras, que não tem lógica, que levam com que este debate seja oportuno. Portanto, as premissas da discussão estão em cima da mesa. Ou seja, uma intervenção perfeitamente desequilibrada, sem uma filosofia condutora, sem saber para onde vamos e estamos a falar de concurso de dois milhões de euros. Coloco as palmeiras mais baratas, concerteza, mas o nosso dinheiro, por pouco que seja, sempre dá alguma coisa. Para além da proposta mirabolante do Túnel, que pelos vistos houve o consenso de aqui ser retirada, é a altura de uma vez por todas de alguém pensar um pouco. E portanto, a nossa proposta na última Assembleia Municipal foi, e os Senhores rejeitaram a sua admissão, sugerir à Câmara Municipal que ponderasse a suspensão daquele concurso que lançou com um valor base de dois milhões de euros, para que fosse possível de uma vez por todas, porque trata-se de uma cidade, a cidade que estava na origem do eixo viário no início dos anos oitenta não é a cidade modelo de hoje, era uma via periférica, à volta da cidade, uma circular, hoje está no meio da cidade. Portanto, para problemas novos, soluções novas. Ou seja, as coisas mudam, evoluem e há que tratar as coisas em função do tempo em que estamos. Não é compatível, na minha opinião, é um erro, se calhar concordarão todos, que não se deve manter um perfil via rápida naquela via, porque ela hoje de facto faz parte, é o coração, particularmente nesta zona aqui, é o centro da cidade. A cidade cresceu para Norte. Portanto, é altura de termos uma filosofia diferente na abordagem disso. Estude-se, pondere-se, defina-se, pelo menos qual a ideia que queremos deste eixo estruturante da cidade. A ideia que temos é esta: consideramos que é uma Avenida distribuidora, sem nenhuma guia central de distribuição, são dois conceitos distintos, mas decida-se um e depois a seguir execute-se a obra de acordo com aquilo que se defende. Não o quiseram fazer, está uma obra em cima da mesa, lançada com um encargo que é para o município. Estão obras a serem lançadas que são conflitantes com aquela. Admito que a Câmara Municipal tenha outra filosofia. Explicando estas incoerências que estamos aqui a falar, que me diga: não, nós entendemos que deve continuar a ser um eixo

viário, uma via rápida com trânsito rápido, com oito metros de largura para circular rapidamente." Se é isso que pensam, digam e façam em conformidade com isso. Na minha opinião, acho que é errado, mas admito que tenham uma opinião diferente da minha, mas que sejam coerentes na implementação das coisas. Portanto o debate foi colocado por isso, a proposta que na altura avançamos foi: façam um compasso de espera, parem para pensar, estudem o problema, tomem uma decisão e executem em conformidade com a decisão, não foi mais nada. Este é o problema de partida. Esta é a base da discussão. Daqui podemos partir para o conceito que temos da cidade, para a urbanização que pretendemos, para o ordenamento do território que pretendemos, porque de facto, uma via estruturante como esta, no centro da cidade, é marcante nas opções urbanísticas que se continuam a fazer nesta cidade e que têm relevância, obviamente na actividade económica, em todos nós, no nosso dia a dia. Esta é a questão de premissa e não sei se os deveria esclarecer a quem do município não percebia o conteúdo, mas se calhar foi uma boa oportunidade de vermos este conteúdo. É importante, é relevante e é decisivo para a cidade de Albufeira. -----

Francisco Calhau - O objectivo da minha intervenção é responder directamente ao que acabei de ouvir da parte do Dr. Fernando Anastácio. Há uma parte que não vou responder, compreenderá. E não respondo por duas razões: Não acredito que haja informação privilegiada sobre concursos e não acredito porque não a tenho. Agora há uma coisa que eu sei, que é sobre a zona do concurso. Houve uma discussão pública na altura da proposta apresentada no programa Polis, e diga-se de passagem que a obra em questão não era para ter intervenção do Polis; era para ser feita pela Câmara, pois o Polis dessa parte demarcava-se. *"Esta é a solução que damos, mas desculpem lá, não é connosco. Vocês arranjarão o financiamento que quiserem, não está no âmbito do Programa Polis."* Deixou essa intervenção para a Câmara. Parece-me que esta é uma das questões que deve ficar clara. A outra questão é que, a proposta que foi apresentada era uma proposta de desnivelamento, que foi extremamente contestada por toda a gente na altura. Houve discussões públicas e desde membros da Comissão de Acompanhamento ao público toda a gente achou que aquilo iria ser uma proposta horrorosa, embora se percebe-se qual era a finalidade, a de dar acesso pedonal ao parque de campismo. Portanto, essa parece uma questão que fica em aberto, o que é que se pretende fazer dali. Gostaria de dizer também que me parece que, no levantamento que é feito no âmbito do programa Polis é afirmado que a Avenida dos Descobrimentos é extremamente importante como ligação dos dois eixos, mas também para as novas centralidades que vão surgir. E numa das centralidades, é referida esta zona que está aqui, bem como a importância de construir aqui um parque de estacionamento. Essa realidade está lá diagnosticada. Onde nós estamos é uma centralidade que também não vai ter a intervenção do Programa Polis, mas que é uma centralidade a ser servida pela Avenida dos Descobrimentos. Ora faz todo o sentido esta discussão ter lugar e que, independentemente de concordarmos ou não faz todo o sentido que sejam apresentadas soluções e que a Câmara tenha urgência inclusivamente em arranjar soluções, porque é efectivamente um problema grande para a cidade. Albufeira apresenta uma taxa de crescimento enorme; basta ver que é o segundo concelho do país com uma taxa elevada, entre os dois censos realizados. Portanto, o crescimento de Albufeira justifica que a Avenida dos Descobrimentos seja tratada o mais urgentemente possível. Podemos não

concordar com esta solução, achamos que é oportuna? Achamos que é desnivelada? Achamos que é o Túnel? Achamos o quê? Temos de discutir e procurar a melhor solução. Esta discussão sobre a Avenida dos Descobrimentos começou há dez anos atrás e continuamos sem solução. É este o nosso ponto de vista. É a resposta que gostaria de deixar á intervenção do Dr. Fernando Anastácio. -----

Adriano Ferrão - Eu, talvez um pouco ao contrário do meu colega de bancada, não queria deixar de pensar o que foi referido aqui pelo membro da Assembleia do PS e que, enfim, trata toda esta Assembleia com uma suspeição muito imaginativa, novamente, muito imaginativa, de que existe uma estratégia por parte desta Assembleia e das pessoas da presidência desta Assembleia em pactuar com o Sr. Presidente da Câmara, para que este não esteja presente nesta data, aqui neste local. Não tem qualquer fundamento sólido a apresentar e baseia-se numa suspeição ou argumento volátil. Penso que não é, no mínimo, prudente. Depois novamente, fixa-se no Túnel, o qual está fora da área que é mencionada por parte desta Assembleia, embora num plano mais integrado desta cidade devia ser inserido, ainda damos a mão à palmatória que assim o seja, embora seja um ponto desviante do assunto central. Depois, centra a discussão na suspeita dos favorecimentos, novamente imaginativos, encapotados, a algumas empresas ou grupos. Enfim, não deixa de ser mais uma suspeição. Desvia-se novamente. Qual seria o melhor projecto e inerentes medidas que melhorem e qualifiquem aquela artéria, naquilo que diz respeito precisamente ao objecto deste debate. Também nos afastamos novamente. Por fim, o deputado preocupa-se com a coerência ou ausência dela, na estratégia da ampliação da rede viária de Albufeira. Discute a filosofia urbanística, imobiliária, mas mais parece querer levar o debate para o vector mais abstracto da discussão, atrasando, porque de certeza não vos é favorável, a execução da obra. Que é uma obra do executivo do PSD-----

Carlos Quintino - Boa noite a todos. Para dizer de uma forma curta e agarrando em dois pontos que o deputado na Assembleia do Partido Socialista, Dr. Fernando Anastácio, referiu. Nós não estamos só a falar daquilo que é a consolidação e a repavimentação daquela via, nós estamos a falar também de uma requalificação, e basta olharmos para alguns itens de que são as especificações técnicas do Caderno de Encargos para chegarmos a essa conclusão. Se não vejamos: a inclusão de uma pista ciclável, não é requalificar? Por exemplo. A definição dos arranjos exteriores à volta daquele eixo, não é requalificar? Por exemplo. A actualização da rede de Iluminação, não é requalificar? Portanto, nós não estamos só a falar daquilo que é, e parece que a ideia ficou no ar nesse sentido, o consolidar e repavimentar a via. Parece que vai ficar tudo na mesma. Não tem absolutamente nada a haver com isso. No que diz respeito à questão de não ter sido apresentado no Caderno de Encargos, no que diz respeito às propostas de concepção, soluções para os cruzamentos, deixe-me que lhe diga, e agora uma opinião técnica, o seguinte: não faz sentido, absolutamente nenhum, apresentar uma proposta de concepção/construção para aquela área sem inclusão de uma solução para os cruzamentos. Aceito que me diga que efectivamente não está incluído e não está, mas não acredito que as propostas que foram apresentadas não o incluam. Para já é tudo. -----

Pedro Ferro - Sr. Presidente, Sr. Deputado. O Sr. Eng. Calhau falou há pouco que esta discussão começou há dez anos, na realidade começou há vinte e dois anos. Começou por um projecto feito na sala da antiga Câmara. Começou por se saber, se se pretendia esta via

como uma via rápida periférica ou deveria ser uma via urbana, para que de acordo com isso, assim escolher o perfil da via e os tipos de topologia dos cruzamentos. De facto, já na altura ficou por definir e daí que não havendo definição, se optou naquele projecto, por via rápida periférica, e ainda hoje se mantêm essa característica em algumas partes, outras já têm o perfil mais reduzido, outras já têm o sistema de cruzamentos em rotunda, noutras têm semáforos, noutras nem uma coisa nem outra. Daí a necessidade de discutir, debater e definir, o que se pretende. Que tipo de via nós queremos para a cidade? De facto o Sr. Eng. Calhau dizia, e tem razão, esta via é uma via distribuidora principal que atravessa zonas centralizadas, nomeadamente esta. É por esse facto, cada vez é mais premente saber que tipo de via. Vamos continuar com uma via rápida, desenhada e traçada como via rápida periférica dentro do centro da cidade, dentro de um centro administrativo, onde nós estamos? Vamos continuar a fazer intervenções sem que haja uma retificação, sem que haja um estudo? O estudo que existe, Sr. Eng. Calhau, é de uma área urbana com o apontamento de estrutura urbana, define a via como via distribuidora, define pontos essenciais de distribuição, nomeadamente no Cruzamento da BP e no Cruzamento aqui desta zona, mas falta o resto. É esse resto que se pretende encontrar. É que, se não se estivesse a fazer intervenções de repavimentação da via, como lhe chamam, da requalificação de pavimento, da requalificação de candeeiros, como o Sr. Eng. Quintino referiu, mas sim à requalificação do uso da via, da requalificação da estrutura viária. É importante que esta via não tenha só pintado, como ficou no Pátio, os traços a dizer que por ali é para peões e depois os carros estacionam lá em cima. É importante que ela tenha de facto as condições de segurança de tráfego pedonal, para que esta cidade tenha vida. E dentro destes problemas desta cidade, quer a nível de urbanismo, quer a nível doméstico, está pela falta de circulação pedonal. Vamos combater isso. Vamos discutir este problema. Não proporcionar isto, é recauchutar. E o que estamos a fazer é recauchutar. -----

Vice-Presidente da Câmara - Só queria dizer aqui duas ou três coisas subjectivamente, assim como subjectivamente tem sido discussão os elementos que o Partido Socialista. Até porque foi a pedido do Partido Socialista que esta reunião foi convocada. Malgrado, infelizmente não estar cá o Sr. Presidente. São questões de agenda que o obrigaram a isso. Mas, ainda não ouvi nenhuma proposta, nenhuma palavra, nenhuma frase, com sentido objectivo, sentido prático da questão. É hábito dizer em vários sítios que Portugal, se calhar, é dos países que mais estuda, mais discute, mais enfatiza determinadas situações entre quatro paredes, sendo depois que lá fora a obra não acontece. Provavelmente, e não quero pensar que é essa a intenção do Partido Socialista, pediu-nos esta discussão até com carácter mais ou menos retardado, podia ser para a semana ou para a outra, não é assim tão urgente, até porque, concerteza, não convêm que nós, o executivo, tenha proposta esta obra a concurso, tenha eventualmente testado uma intenção de fazer um Parque de Estacionamento e acho que neste momento deveremos esquecer o Túnel e o Parque de Estacionamento, isso foi uma discussão que ficou para melhor estudo. Portanto não está numa fase adiantada como está o concurso da Rotunda dos Golfinhos ao Lidl. Os comentários que ouvi aqui, foram praticamente de que a via não deveria manter os oito metros de largura. Eu não percebo onde está o problema dos oito metros. Temos variadíssimos exemplos: a Avenida da Liberdade deve ter essa dimensão; uma Avenida em Marbelha, no

entanto não deixa de ser uma via citadina. Acho que o problema não está na largura. E viu-se naquele dia do mês de Agosto, que choveu, se calhar aquela largura não é suficiente. Mas concerteza que não será certamente o facto de ter oito metros de faixa de rodagem que faz com que seja uma via rápida ou deixe de ser. Até porque temos o exemplo dos semáforos, que são dissuasores de velocidade, com isso penso que ajudamos a resolver vários problemas que havia com aquela Rotunda, porque era uma das zonas mais acidentadas aqui do eixo. Sinceramente, para aquela zona, não vejo que haja grande perigosidade. Evidentemente que não seria só com pinturas que se fazem na estrada, que as pessoas se demovem a andar a mais de cinquenta quilómetros/hora, não será com lombas que o problema se resolve, enfim, não será com coisa nenhuma. Agora, concerteza, que o facto de haver uma via com oito metros, não vejo problema nenhum. Naquilo que disse o Eng. Quintino, penso que a requalificação não é apenas um termo em vão, em termos práticos exemplificou dois ou três casos que se não são requalificação, então o que é? Torno a repetir o que disse de início, penso que querem perder mais algum tempo com isso e não querem que as coisas avancem. Se se segue alguma coisa objectiva, é favor de dizer? No entanto, em termos práticos, caso entendam ser necessário, o Vereador Paulo Pescada poderá dizer aqui, em termos daquilo que está projectado e foi candidatado em termos de concepção/construção, poderá falar um bocado mais sobre o assunto. Era bom que se objectivasse mais a questão, até porque poderia ser útil. As pessoas podem ser úteis. E não se começou há dez anos ou há vinte e dois, talvez até tenha começado quando Albufeira nasceu, ou se calhar não. Isto é objectivo, é história. O que é certo é que é pena que se faça aqui discussão e depois não levamos daqui nada, porque criticar só por papéis e dizer duas ou três chavões, talvez é fácil, ou não. Gostava de ouvir aqui, como autarca e Vice-Presidente da Câmara e serei concerteza um bom transmissor daquilo que se passará aqui, aliás temos a gravação que o Presidente poderá consultar, e penso que será útil. Peço é que, e era importante, se objectivasse um pouco a questão. Não se subjectivasse cada vez mais, porque a via existe, Albufeira existe, os carros existem. Agora, vamos é ver quais são as vossas propostas e as vossas ideias. -----

Fernando Anastácio - Queria fazer uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente, em representação do Sr. Presidente. Se está em condições de explicar e informar à Assembleia, se os estudos prévios ou os anteprojectos elaborados pela Sociedade Polis relativamente à solução preconizada para o Cruzamento da BP, foram postos a consideração e dados a conhecer às empresas que têm interesse em apresentar propostas para a empreitada de Concepção/construção, reabilitação do eixo viário entre a Rotunda dos Golfinhos e o Lidl. ---

Vice-Presidente da Câmara - Como disse há bocado e não sou para inventar quando não sei, está aqui o Vereador Paulo Pescada que acompanhou de perto o processo e poderá dar uma explicação sobre a questão. Se me permite passar-lhe a palavra? -----

Presidente da Assembleia - Tem a palavra o Sr. Vereador. -----

Vereador Paulo Pescada - Em relação ao processo deste concurso, requalificação do Lidl/Rotunda dos Golfinhos, foi feito um concurso de concepção, isto para permitir que para além dos requisitos do Caderno de Encargos, que possibilitasse algo mais através das propostas das empresas. E algo mais viu-se na abertura das propostas. As propostas que temos são propostas muito idênticas em que, quase todas contemplam a Rotunda Polis no

eixo viário junto à BP. Algumas contemplam também uma rotunda junto ao Lidl. Contemplam todas a requalificação do pavimento, a colocação de passeios de um lado e outro, ao longo de toda a sua extensão e também com uma ciclovía, toda a parte da electrificação de passeios, iluminação pedonal, quantifica também a situação de uma reabilitação paisagística do eixo separador e de arborização em todos os passeios. Penso que isto é uma forma de passar o eixo viário a Avenida. Penso que pouco mais se pode fazer. Em relação à questão de ser de sete metros e meio ou oito, penso que não é problema. Mas basicamente as propostas contemplam a solução Polis no Cruzamento da BP. -----

Fernando Anastácio - Sem querer ser insistente. A minha pergunta objectiva e directa é: se foi posta à consideração das empresas interessadas a concorrer, a solução técnica estudada no Plano da Sociedade Polis? A resposta é sim ou não. -----

Vereador Paulo Pescada - Não. Não fazia parte do Caderno de Encargos. Algumas empresas é que por elas, consultaram a Sociedade Polis, porque sabiam que havia intervenção naquela zona e dotaram a sua proposta com a solução Polis. A opção Polis quantifica para esse cruzamento duas opções: uma como primeira fase, que é uma Rotunda e outra como segunda fase, que é um Tabuleiro Superior a fazer o eixo viário, na Avenida dos Descobrimentos. Não está nada definido em ser as duas ao mesmo tempo ou não, mas a Rotunda está definida. -----

Francisco Calhau - Se efectivamente nós estamos aqui a discutir os termos do concurso, é uma coisa, se estamos a discutir o futuro da Avenida dos Descobrimentos, é outra. E o que é que entendemos para a Avenida dos Descobrimentos? Era nesse âmbito que queria dizer mais alguma coisa. Eu parece-me que a grande discussão à volta da Avenida dos Descobrimentos, é saber se a Avenida deve continuar a ser encarada hoje como há trinta anos atrás, no sentido de que se calhar precisamos de um outro eixo periférico. Porque falar em eixo periférico, ou eixo na Avenida dos Descobrimentos, é para mim, pessoalmente, que sou leigo na matéria, um bocado estranho. E mais estranho se torna, porque se fosse um eixo periférico então faria todo o sentido ter-mos um Eixo Nascente, um Eixo Poente e um Eixo Central. Mas esse Eixo Central foi sendo envolvido e neste momento é uma Avenida, está dentro da própria cidade. Estando dentro da própria cidade, o que se está a pedir neste momento é se fazemos dele uma pista de corrida entre os dois eixos, nascente e poente, ou se entendemos que devemos privilegiar daqui em diante as novas centralidades que vão crescendo e se vão desenvolvendo ao seu longo e aí sim, vamos precisar de um outro Eixo Periférico ou qualquer coisa que se assemelhe. Eu não sei, não sou especialista na matéria. Agora, parece-me é que a discussão à volta daquilo que é a Rotunda da BP, se é Rotunda, se é eixo desnivelado, se é Túnel, se é levantado, ou se não é, tem muito a haver com todos estes conceitos do que devemos fazer da Avenida dos Descobrimentos. Se efectivamente é para fazer uma cópia daquilo que se vê nas grandes cidades? Se calhar não é o modelo mais adequado para uma cidade turística da escala de Albufeira. Mas parece-me não ser esse o conceito que se quer. A discussão tem vindo a ser feita à volta disto, e é chegada a altura de decidir. -----

Carlos Gabriel - Depois desta discussão, eu queria me congratular com a decisão desta Assembleia, de não ter sido adiada, para que não viesse a acontecer o mesmo que aconteceu com outras obras prometidas para este concelho. Por exemplo: o Pavilhão do Território, em

que com muitas discussões e Ministros à mistura, ainda continuamos há espera. Portanto, esta Câmara está a trabalhar, os objectivos estão a avançar. Se não fosse assim, no tempo em que cá estamos, não se tinham feito as obras que já fizemos, nomeadamente: a Sede de Freguesia dos Olhos d'Água; a Escola da Correeira; o Comboio Turístico; Transportes Públicos, que vocês tantos anos levaram a promover e nós em tão poucos anos já concretizamos. Pudera, pois vocês demoram vinte anos a discutir a rua. Quero terminar, congratulando-me com a posição louvável desta Assembleia. -----

Fernando Anastácio - De facto, congratular é fácil. De facto, não se discutiu vinte anos, porque a cidade de Albufeira, o que é hoje, tirando os últimos três anos, e esses mesmos três anos com pouca marca própria, o que está cá ou bem ou mal, com defeitos e qualidades, a cidade que têm, não é obra do Partido Social Democrata. Sobre isso não vale a pena, senão o membro não estaria nesta sala a dizer o que disse. Indo a questões concretas. Ninguém está aqui nesta sala a discutir o concurso, não estamos a desviar do objectivo de discussão. Eu sem dificuldade nenhuma e sem risco de me poder arrepender, considero e digo isto e sublinho, que há falta de rigor e alguma falta de competência também, para não usar outra expressão, quando nós temos elementos e houve casos concretos, os estudos feitos pela Sociedade Polis, onde a Câmara Municipal paga parte desses estudos com o seu erário, e esses estudos não são claramente assumidos num concurso que é um concurso público. Um concurso público pressupõe que estão lá todos os dados e toda a gente está em igualdade de circunstâncias, para apresentar as suas propostas. Quando existem elementos que não são patenteados a concurso e, onde só aqueles que são mais diligentes e portanto vão há procura de informação fora do concurso, para poderem melhorar as suas propostas, quando isso são elementos que deveriam estar disponíveis pela entidade que patenteia o concurso. Eu acho que aqui não se está a ser claro e transparente e está-se a dar oportunidade que aqueles que beneficiam ou são mais diligentes, de informação privilegiada, sejam capazes de apresentar soluções que outros, se calhar, não apresentam. Porque se estiver no Caderno de Encargos patenteado que a solução é aquela que lá estava, que aquela é que seria a solução de compatibilidade, porque obviamente numa empreitada de concepção/construção, o preço é o preço final e não é diferente. Já agora, Eng. Quintino, se é uma rotunda, se é um cruzamento desnivelado, para efeitos de preço, deve saber isso melhor que eu, e como sabe um concurso desta natureza o preço é o preço final a fechar. E também seria normal, sem pôr em causa a criatividade dos concorrentes, que se desse indicação sobre se haviam soluções para alguns dos cruzamentos, se desse a informação a esses concorrentes, porque só assim é que se optimiza os recursos e potencia os fracos recursos que temos. Mas isto não foi feito, e portanto eu acho que aqui há um procedimento incorrecto, relativamente a este concurso. Sinceramente, o Partido Socialista, não está nada preocupado que o eixo viário esteja repavimentado, o Partido Socialista está preocupado é que, primeiro: seja recuperado, mas que amanhã pudesse correr o risco de interferir na obra que se está a fazer hoje, com outras soluções que estão em cima da mesa, tem a haver com a tal compatibilidade do projecto; segundo: está preocupado, obviamente, se o investimento é no sentido que não é aquele sentido que se preconiza para a questão essencial de depois integrar, de qual é a filosofia da via. Os oito metros, e ali estão sem possibilidade de variação, caracterizam um conceito de via que está tipificado. A iluminação dos loendros,

que se usa habitualmente nas auto-estradas para não perturbar a iluminação dos carros que se cruzam. A iluminação a meio. São características específicas de uma via deste género. Eu não estou a dizer que não conduz o trânsito, mas se calhar entendo que aquele espaço canal pode ser, sem pôr em causa a tipificação da estrada, tratado de outra maneira que leve ao abrandamento da velocidade, a uma circulação mais segura, a criar motivação dissuasora para a velocidade em que se circula. Agora, os oito metros com os três ao meio, são condições específicas que determinam um tipo de via, é só por isso. Eu recordo-vos: As Grandes Opções que apresentaram, que têm lá inscrito fazer uma nova via mais a Norte, para permitir a circulação do trânsito que não é central, entre a Patã e o Páteo. É vossa a solução, está lá assumida. Portanto, é relativamente incompatível e contraditório, ter uma solução que até preconiza o afastamento do tráfego de atravessamento rápido com uma manutenção de um certo tipo de características. Para resolver os problemas de subjectividade do Sr. Vice-Presidente, eu pessoalmente, entendo que esta via, no quadro que é hoje a cidade, obviamente, deve ser não uma via de atravessamento, mas uma via dentro da cidade, um eixo essencial para utilizar, onde a componente de atravessamento não seja dominante. Há pouco falou da Avenida da Liberdade, é verdade, mas não tem separador central, loendros, nem iluminação ao meio. A tal Avenida em Marbelha, que foi aqui falada, também não tem aquele perfil. E há muitas outras no meio das cidades que não têm este perfil. Portanto, a nossa crítica e o nosso comentário não foi para os Senhores adiares. Nós aqui recomendamos, porque não é matéria da nossa responsabilidade do ponto de vista de execução. Temos a obrigação de dar os nossos pontos de vista. Relativamente à proposta que fizemos no outro dia, que foi rejeitada, foi pura e simplesmente para que se definisse e assumisse preto no branco, qual é o conceito que se quer. E assumido que esteja o conceito, mande-se executar as intervenções compagináveis com esse conceito. E por isso e porque a obra não está adjudicada, faz todo o sentido ter definido do ponto de vista do que é a cidade, do que é a matriz da cidade, qual vai ser o papel desta via na cidade. A Câmara que assumia essa decisão, a decisão na base do estudo, porque inclusive o estudo de tráfego foi feito, ouviram falar aqui, até nos foi apresentado, nunca foi assumido como uma deliberação, apenas é um elemento de trabalho, nem sequer a Câmara que o mandou fazer, que contribuiu para o seu custeio, o assumiu como tinha de ser. É bom para os documentos de referência. E foi isso que nós propusemos. Em cima da mesa e hoje continuamos, vamos apresentar rigorosamente a mesma proposta que os Senhores recusaram no outro dia o seu agendamento, porque entendemos que a referida proposta está no âmbito da discussão hoje agendada, portanto, não está sujeita ao crivo prévio da sua aceitação ou não. Essa é para já uma proposta. O plenário que delibere. -----

Francisco Oliveira - Depois de várias intervenções aqui na Assembleia e de alguns comentários, o que é interessante verificar (depois das respostas dadas pelo Sr. Vereador e Vice-Presidente), é que a forma como o concurso foi lançado e como esta obra será adjudicada, demonstra que não existem todos os elementos necessários para que as entidades concorrentes possam entender aquilo que se pretende. O que foi aqui explicado, é que além de alguma suspeição e de alguma adivinhação, as entidades tomaram como excelente, determinado tipo de proposta, sem que essas mesmas obras coubessem no caderno de Encargos. Infelizmente, vai sendo hábito, cada vez que o Partido Socialista trás

a esta Assembleia alguma proposta, no sentido de deliberação que seja contrária à Câmara Municipal, é porque há suspeições, é porque estamos a levantar problemas onde eles não existem. Tenho que reafirmar que desde a última Assembleia até hoje, o problema dos professores não está resolvido, mas nessa altura já estava. De facto, na altura, era muito confuso e toda a gente falava do problema e nós vínhamos aqui fazer mais uma politiquice e levantar mais uma questão de somenos importância. É nesse sentido que eu vejo realmente que, a bancada do Partido Socialista até está em minoria e portanto os Senhores Sociais Democratas e do CDS-PP, querendo votar as vossas propostas, podem fazê-lo. Mas há uma coisa que é para nós fundamental, é a discussão dos problemas, para que não existam dúvidas e que haja uma tomada de posição consciente independentemente de a mesma ser rejeitada, uma vez que v. Exa. têm a maioria. Gostaria também de responder directamente ao Eng. Carlos Gabriel, que se fosse o PS não estaria feito. Eu pergunto ao Engenheiro e às pessoas do PSD, Sr. Vice-Presidente, qual é a obra lançada pelo PSD que efectivamente seja concretizada durante o mandato? Porque as obras que têm vindo a ser concretizadas, são obras que seguem os projectos que o Partido Socialista tinha deixado para serem concluídas. Infelizmente, o grande projecto e a grande oportunidade que Albufeira teve com o Programa Polis, não foi executado. Não sei se por responsabilidade da Câmara ou do Governo, são situações que me ultrapassam, do Partido Socialista é que não foi concerteza, porque os Senhores de há uns anos para cá, é que têm a gestão da Autarquia, e da política a nível nacional. Mas é de facto triste verificar, que se possa perder uma oportunidade como a do Programa Polis, a qual não terá hipótese de ser renovada. E nesse aspecto, há uma intenção de discutir os problemas, e que o Partido Socialista, pelo menos eu enquanto membro desta bancada, não deixará de debater os assuntos ou colocar as questões, independentemente de se falarem em suspeições, problemas de ruído, politiquices. Tenho dito. -----

Carlos Quintino - Vinha para esta Assembleia convencido de que o Partido Socialista, pelo teor da sua proposta de recomendação e pelos considerandos que faz, nos vinha trazer soluções. Parece que me enganei. Porque eu ainda não ouvi o partido Socialista dizer qual é a solução para o Cruzamento da BP, o Cruzamento do Lidl. Qual é a solução em termos de construção de passeios ou não. Qual é a sua solução para a colocação de iluminação. O que eu oiço aqui, meus senhores, são críticas. Mas criticar é fácil. E eu como estou habituado a fazer critica de uma maneira construtiva, gostava muito que o Partido Socialista não só criticasse, mas apresentasse soluções concretas. Tenho dito Sr. Presidente. -----

Adriano Ferrão - Mais uma vez, já começa, de alguma maneira, a ser monótono neste partido. Assim, outra vez a preocupação e depois algumas suspeitas. Mas na própria questão havia incapacidade do concurso em causa, ao qual levanta tais suspeitas. Continuamos com o clima de suspeição, embora aqui, alguns presentes não queiram encarar por essa perspectiva, mas é assim que eu vejo escrito. Este concurso que nos foi dito aqui, que foi para apresentar concepções, parecem concepções para depois serem entregues pelas empresas que assistem a este concurso e que parece evidenciar, concerteza, um estudo do executivo a conhecer das vias técnicas mais elaboradas, de gente mais experiente que beneficiam a ideia matriz que presida às qualificações do eixo em causa. Acho isto uma política de bom senso. O PS preocupa-se, não com a requalificação. Devia. Confunde um pouco isto com a classificação

tipológica desta. Então estamos aqui para classificar tipologicamente. Este debate centra-se na classificação tipológica do eixo viário em causa. Então estou um pouco enganado, porque realmente vinha para discutir aspectos concretos, soluções, uma ideia para aquela via. Meus Senhores, tenhamos-la como Avenida dos Descobrimentos e tal como se chama e na sua função distribuidora do trânsito, que é o que ela faz. Então, meus Senhores, qual ou quais as vossas funções ou propostas para aquela via? Essas é que eu queria ouvir. Depois, claro, não se reportando esta posição, aparecem algumas manobras de diversão. A discussão é conduzida para outros eixos, para outras matérias, embora a discussão seja sempre bem vinda no espírito democrático do PSD, que não se furta a este tipo de debate. As obras do PS para Albufeira, aquelas que nunca foram realizadas e que em muitos anos tiveram para ser realizadas, vão aparecendo. E essas têm, quer queiram ou não, muito do esforço e do protagonismo desta Câmara, que é PSD. E é por isso que eu tenho dito isto. -----

Vice-Presidente da Câmara - Queria fazer dois ou três reparos. Se não for bem entendido. O deputado Francisco Oliveira disse e retirou a palavra, de suspeição. Entretanto já o Dr. Fernando Anastácio tinha falado em alguma não muita clareza deste concurso, até porque poderiam haver concorrentes mais diligentes ou não, mais inteligentes ou não, mais competentes ou não. É evidente que os haverá, nem todas as pessoas são iguais, há pessoas que estão melhor informadas que outras. E concerteza, que ninguém respondeu, porque é do conhecimento público e talvez por ser tão do conhecimento público, que o Programa Polis Albufeira, tem para além de um Plano de Urbanização Frente Mar, tem outro Plano e concerteza que algumas empresas concorrentes, se não todas, o fossem consultar. Se algumas referenciaram isso, concerteza que outras o também referenciaram, ou então entenderam ir consultar a situação mas depois não entenderam adoptar o seu recurso. Se nós estamos a abrir um concurso de concepção/construção, não queremos a viabilidade de pensar que o produto final irá ser igual para todos os concorrentes. Penso que já se falou de mais em pouca clareza, em suspeição e é bom que pensemos que ninguém está aqui a cometer uma série de irregularidades. A Assembleia Municipal tem o papel de fiscalizadora, mas atenção, levantar essas suspeitas, talvez seja um termo forte. O Deputado Francisco Oliveira também perguntou quais foram as obras lançadas pelo PSD? Dou alguns exemplos: Temos a biblioteca, lançada e terminada por nós; uma Escola em Paderne; a Escola na Correeira; a Creche em Vale Pedras, uma obra lançada embora ainda não terminada; Temos o exemplo de uma obra simbólica, mas se calhar em poucos sítios acontece, é uma Escola na Mouraria que quando entramos no executivo em 2002, estava com dez alunos e no ano seguinte ficou com oito. Estava com o pescoço debaixo do machado. Entretanto com a colaboração da Acção Social, construímos uma sala para actividades de tempos livres e conseguimos que no ano passado já estivesse vinte e cinco alunos e este ano vinte e seis ou vinte e sete. Há aqui pessoas que têm ou já lá estiveram os seus filhos. Conseguimos inverter a situação, que era de oito alunos, estava praticamente fechada, é norma fechar escolas com seis e sete alunos; também lançamos a obra das Piscinas Municipais, embora não esteja terminada; os Transportes Públicos; o Comboio Turístico; o Reservatório do Páteo, onde neste momento temos parte das instalações, fomos nós que lançamos e terminamos a obra; a remodelação do Reservatório de Bem Parece, dentro de pouco tempo estará para começar, fomos nós que a lançamos; uma estrada de ligação entre a Rotunda da Oura e a

Martinique; instalamos uma Escola Profissional em Paderne. É evidente que quem cá esteve durante vinte anos também fez obras. E poderão agora dizer que, algumas dessas obras já estariam eventualmente pensadas. Ainda bem que é assim, que entendemos que eram importantes, não as deixamos cair só por ser do outro Partido. Também estamos quase em fase de concurso o Pavilhão Desportivo de Paderne; lembro-me de requalificações de vias em Albufeira; alguns caminhos rurais, nomeadamente na Freguesia de Paderne; arranjos exteriores em algumas Escolas; aumento de ATLS em Escolas. Isto não são obras lançadas e terminadas por nós? São. Agora compete ao grande Tribunal, que será o Povo, no próximo ano, julgar. -----

Francisco Oliveira - É só para responder que a questão colocada não tem a haver com as obras que enunciou na questão da Educação, extremamente importantes para o concelho. Não tem a haver com a questão das estradas, que são fundamentais para este concelho. Trata-se de saber quais os grandes projectos que no futuro possam trazer para Albufeira outras actividades que não sejam o turismo. Para lançar novamente a discussão e para responder aqueles que afirmam que o Partido Socialista não apresenta propostas, diremos que a concepção da via proposta pelo PS é completamente oposta à do PSD. O eixo viário deveria ser uma Avenida para ser vivida e construir-se uma segunda circular externa para escoar o trânsito do centro. A concepção de uma via rápida tem questões técnicas que são muito díspares e diferentes do que será uma Avenida, até com a criação das pistas de ciclismo, com as zonas verdes e pedonais, que possam ser vividas. Se no projecto já lançado, ou na tentativa de adjudicação já lançada, a ideia é manter até pelo menos à zona da BP a mesma concepção, dá a entender é que Albufeira vai continuar a ter uma via rápida até à Rotunda da Esfera Armilar. Poderá não ser isso, porque o projecto foi retirado, mas a ideia era dizer: bem, então se começa, começemos com a Avenida desde os Golfinhos até à Esfera Armilar. Tenho dito. -----

Carlos Quintino - Eu ouvi agora, pela primeira vez, aquilo que será em termos gerais, a ideia do partido Socialista, embora não tenha tocado em determinados pontos que são pontos técnicos mas que são pontos importantes. Parece-me que o partido Socialista, o que afinal discorda, é só da filosofia da via? Pois se assim é, não parece a mim que, depois desta requalificação, mantenha uma filosofia de via rápida. Porque vejamos: como é que nós temos uma via rápida, se temos passeios dos dois lados; se temos iluminação; se temos arborização, se temos uma via ciclável, que faz parte integrante da via rápida; etc. Eu, convencido estou, que depois da requalificação, depois de todo o cuidado que se irá ter, também com a certeza daquilo que é o abrandamento da velocidade na via, com aquilo que é a colocação de passadeiras, com aquilo que é a circulação do trânsito nos cruzamentos, etc, aquilo se tornará muito mais uma Avenida do que uma via rápida. E o nome aqui, é o menos importante para mim. Não me parece a mim, que estejamos aqui de alguma forma a fazer gelo quente, o que o partido Social Democrata está a fazer é a trabalhar. Tem lançado obras, como o Sr. Vice-Presidente disse e muito bem, e vai lançar mais. Esta requalificação não aparece de uma forma isolada, daquilo que me é dado a conhecer, faz parte de um plano integrado de vias concelhias. Concerteza que os Senhores Deputados têm a informação de que vai ser feita a requalificação da Estrada Fontainhas/Montechoro, que vai ser feita uma Rotunda em frente ao Centro de Saúde, que vai haver uma variante para o Pátio que depois tem saídas

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PS -----
 Votos a favor: (10) Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----
 Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves e Paulo Freitas. -----

Proposta não Aprovada -----

Presidente da Assembleia - Antes de encerrar quero fazer uma menção. Eu não gosto de intervir nas Assembleias. Deixei que a discussão corresse toda, mas como aqui também fui objecto de uma suspeição, eu penso que devo responder. Uma vez que me compete convocar as Assembleias Municipais e fi-lo por solicitação do partido Socialista, que foi feita no dia vinte e nove de Setembro. A Assembleia Municipal foi convocada dois dias depois, eu obrigação legal do que fiz e dentro do prazo legal, tenho também quinze dias subsequentes ao pedido, para fazer a convocatória e por forma que seja expedida com cinco dias sobre a data da sua realização. Devo dizer que a minha menor preocupação ou a minha ausência de preocupação, é precisamente saber se está ou não o Presidente da Câmara, ou o Sr. Vereador, seja ele de que força partidária. Porque a Assembleia Municipal é o órgão e a Câmara Municipal faz-se representar como bem entender. E se faltar, não é por esse motivo que a Assembleia deixa de funcionar. Que fique bem claro e digo isto de consciência absolutamente tranquila, de que quando faço as convocatórias das Assembleias não consulto, nem tenho de consultar a Câmara Municipal sobre as suas disponibilidades. As únicas pessoas que consulto são os dois Secretários. É assim o meu comportamento. Pode ser um comportamento que não agrada, mas é assim que ele vai ser até ao fim do meu mandato. Neste momento está encerrada a Assembleia. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 15 de Outubro de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

